



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9625 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS: MODALIDADE DE ENSINO, CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA E FAIXA ETÁRIA

Mariele Angélica de Souza Freitas - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Carla Biancha Angelucci - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Agência e/ou Instituição Financiadora: Cnpq

A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS: MODALIDADE DE ENSINO, CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA E FAIXA ETÁRIA

Resumo

Este estudo, de caráter bibliográfico e exploratório, tem por objetivo analisar as formas de participação de pessoas com deficiência nas pesquisas científicas no campo da Educação e da área de conhecimento da Educação Especial, tendo como recorte analítico a modalidade de ensino, a condição de deficiência e a faixa etária. Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento, onde foram mapeados estudos acadêmicos *stricto sensu* e investigações apresentadas nas reuniões científicas nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) no período de 2008 a 2019, e das três últimas edições do Congresso Brasileiro de Educação Especial (Cbee) e da Jornada de Educação Especial (Jee). A análise dos resultados pautou-se na técnica da análise categorial temática. Quanto à modalidade de ensino, predominam os estudos realizados na Educação Superior. Quanto à faixa etária, nas duas modalidades, os estudos concentram-se em adolescentes e adultos. Em relação à situação de deficiência, a maioria de partícipes possui deficiência sensorial. Relativo às formas de participação, há prevalência de estudos realizados apenas com uma interação com pessoas com deficiência, tomando-as como respondentes de questionários e/ou entrevistas. São raras as pesquisas que desenvolvem processos dialógicos ou de intervenção no processo de pesquisa por parte destes sujeitos.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Participação. Pesquisa científica.

INTRODUÇÃO

O conhecimento produzido no campo da Educação e da área de conhecimento da Educação Especial tem se ampliado de forma significativa ao longo dos anos, evidenciado pelo extenso número de publicações em periódicos e eventos científicos e de pesquisas desenvolvidas majoritariamente em programas de pós-graduação (BUENO, 2014). Tal ampliação contribuiu para o desenvolvimento de estudos que debatessem não apenas a inclusão escolar, mas a participação da pessoa com deficiência em todas as esferas da vida em sociedade. Deste modo, são importantes e necessárias investigações relativas às pessoas com deficiência a partir dos relatos de suas experiências diretas, de modo que a produção de conhecimento possa se configurar a partir das pessoas com deficiência, contribuindo assim, não apenas para a construção de uma concepção de deficiência mais coerente com o modelo social (GONZÁLEZ, 2016), mas também, “[...] desenvolver uma resposta política apropriada [...]” (BARNES et. al.; 2003, p. 252) a esse setor da sociedade.

OBJETIVO

O estudo objetiva a análise das formas de participação de pessoas com deficiência nas pesquisas científicas na área da Educação, e da área de conhecimento da Educação Especial, relativas à alguma dimensão do direito à educação, tendo por recorte exploratório a modalidade de ensino, a condição de deficiência e a faixa etária. Foram considerados estudos desenvolvidos na Educação Básica e no Ensino Superior, no período de 2008 a 2019.

MÉTODO

Procedimentos para o mapeamento das produções

O critério para a seleção dos estudos pautou-se em pesquisas empíricas que contavam com a participação direta de pessoas com deficiência e que priorizassem suas experiências por meio de narrativas. Realizamos o mapeamento de estudos acadêmicos, disponíveis em plataformas digitais, produzidas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação e das investigações apresentadas nos anais das reuniões científicas nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) no período de 2008 a 2019, e das três últimas edições do Congresso Brasileiro de Educação Especial (Cbee) e da Jornada de Educação Especial (Jee) nos anos de 2014, 2016 e 2018. Foram mapeadas 211 pesquisas que abrangiam diferentes dimensões do fenômeno educativo no período destacado. Destas, 48 (34, 78%) referiam-se à Educação Básica^[1] e 90 (65,22%) ao Ensino Superior, totalizando 138 estudos.

Procedimento de análise das informações

Os estudos foram analisados qualitativamente com base na técnica de análise categorial temática que, segundo Oliveira (2008), atenta-se à totalidade do texto na análise, na classificação e quantificação das pesquisas, mediante a presença ou ausência de itens de sentido, visando relacionar as características dos sujeitos investigados, isto é, as pessoas com deficiência. Nesta pesquisa, tomamos por categorias de análise quanto à participação de pessoas com deficiência quando: **1) participação como respondentes** (refere-se a pesquisas em que a interação verbal entre pesquisador e partícipe se deu por meio de encontro único (presencial ou remoto, síncrono ou assíncrono) com fornecimento de informações solicitadas pelo pesquisador que visavam atender aos objetivos do estudo), **2) participação com processo dialógico** (nesta categoria encontram-se os estudos em que houve interações entre pesquisador e partícipe com compartilhamento e valorização de experiências e saberes mútuos, suscitando novos diálogos e outros saberes ao longo de dois ou mais encontros presenciais ou remotos, síncronos ou assíncronos) e, **3) participação com interferência na pesquisa** (refere-se à ação direta dos sujeitos partícipes na construção da pergunta, do método, da análise ou do resultados de pesquisa).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, tomamos como objeto de análise as formas de participação das pessoas com deficiência em pesquisas científicas com temática sobre o direito à educação, em estudos realizados na Educação Básica e no Ensino Superior, com foco na modalidade de ensino, na condição de deficiência e na faixa etária.

Educação Básica[2]

1) Participação como respondente

Esta categoria é composta por 40 (83,33% dos estudos relativos à Educação Básica) estudos, sendo que 27 relacionavam-se a pessoas adultas, 22 a adolescentes e apenas 3 a crianças. Importante mencionar que, do conjunto de estudos que compõem esta modalidade de ensino, em 6 pesquisas não foi possível identificar qual a faixa etária da população investigada. No que se refere à condição de deficiência, destacam-se os estudos com pessoas com deficiência intelectual em 27 pesquisas, seguido de partícipes com deficiência visual/cegueira em 13 pesquisas, pessoas com deficiência auditiva/surdez em 11 pesquisas, pessoas com deficiência física em 3 pesquisas e pessoas com deficiência múltipla em 4 pesquisas. Houve um estudo em que não foi possível localizar menção à condição de deficiência dos partícipes.

2) Participação com processos dialógicos

Foram categorizadas como tendo processos dialógicos tão somente 7 pesquisas (14,6% dos estudos relativos à Educação Básica). Sobre a faixa etária, 4 pesquisas contaram com a participação de adultos, 2 com adolescentes e em 1 estudo não foi possível identificar a idade dos partícipes. Quanto à condição de deficiência, 4 investigações dialogaram com pessoas com deficiência intelectual, 2 com pessoas com deficiência visual/cegueira e 1 com pessoas com deficiência auditiva/surdez.

3) Participação com interferência na pesquisa

Categorizamos apenas 1 estudo (2,07% dos estudos relativos à Educação Básica) cuja faixa etária dos sujeitos não pode ser identificada e se relaciona a pessoas com transtorno do espectro autístico/transtornos globais do desenvolvimento.

Educação Superior

1) Participação como respondente

Foram categorizados 84 estudos (93,33%), sendo 51 com pessoas adultas, 6 com adolescentes e 4 com idosos. Notadamente em 37 pesquisas não foi possível identificar a faixa etária dos participantes. Sobre a condição de deficiência, 54 estudos contaram com a participação de pessoas com deficiência visual/cegueira, 46 com pessoas com deficiência auditiva/surdez, seguidos 39 estudos com pessoas com deficiência física, 9 estudos com deficiência múltipla e 6 estudos com pessoas com transtorno do espectro autístico/transtornos globais do desenvolvimento. Em 4 estudos não foi possível identificar qual a condição de deficiência.

2) Participação com processos dialógicos

Aqui foram categorizados 4 estudos (4,44%), sendo que 1 refere-se a pessoas adultas e em 3 pesquisas não foi possível identificar qual a faixa etária correspondente. Em relação à condição de deficiência, 4 pesquisas relacionavam-se a pessoas com deficiência

visual/cegueira, 3 com pessoas com deficiência física e 2 com pessoas com deficiência auditiva/surdez.

3) Participação com interferência na pesquisa

Foram categorizados aqui 3 estudos (2,23%), sendo que 2 contaram com a participação de adolescentes e 1 com adultos. Sobre a condição de deficiência, houve 1 estudo com pessoas com deficiência auditiva/surdez, um com deficiência visual/cegueira e um com pessoas com transtorno do espectro autístico/transtornos globais do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em relação à Educação Básica, a maioria dos estudos contou com a participação de adultos em 27 pesquisas. Ainda que as crianças e adolescentes perfaçam a maior parte do alunado neste nível de ensino, com 47,3 milhões de matrículas[3], e que a presença do público da Educação Especial corresponda a 1,3 milhões deste quantitativo na educação nacional, a participação destes sujeitos é ainda pouco considerada nos estudos. Chama a atenção, de que em nenhum dos dois estudos da categoria "participação com interferência na pesquisa" contou com crianças. Com relação à condição de deficiência, a presença de estudos com pessoas com deficiência intelectual, ocorreu tanto na categoria de análise "participação como respondentes" como "participação com processos dialógicos" sugerindo uma possível mudança na compreensão do que vem a ser a deficiência intelectual, oportunizando assim a maior participação deste público. Por fim, cabe destacar que apenas dois estudos tiveram interferência de pessoas com deficiência.

Sobre a Educação Superior, a maioria dos estudos mapeados encontra-se nesta modalidade de ensino, totalizando 90 pesquisas; em termos de matrículas, no ano de 2019, segundo dados divulgados pelo Inep em 2020, houve 8.604.526 matrículas, destas 50.683 correspondiam a cursos de graduação, com 0,6% do total são de pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Dos 90 estudos, 84 tomaram as pessoas com deficiência apenas como respondentes. Quanto à condição de deficiência, cabe destacar que em nenhum estudo houve participação de pessoas com deficiência intelectual e predominam tanto como respondentes quanto como partícipes em processos dialógicos ou partícipes com interferência na pesquisa as pessoas com deficiências sensoriais. Inferimos que o conjunto dos estudos selecionados pode evidenciar a exígua representatividade de algumas pessoas dentro do movimento de inclusão e participação social de pessoas com deficiência, como as pessoas com transtorno do espectro autístico ou transtornos globais do desenvolvimento. Os resultados ensejam discussão sobre o quanto as pesquisas científicas acabam por enfatizar a dimensão de passabilidade[4] das pessoas com deficiência (DUQUE, 2013; KAUR, 2017).

No mesmo sentido, cabe indicar a necessidade de estudos comparados sobre as formas de participação em pesquisas em educação junto a pessoas com e sem deficiência a fim de compreender se os achados aqui relatados se referem apenas à participação exígua das pessoas com deficiência na produção de conhecimento científico ou se estão relacionados a uma característica geral dos estudos em educação.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Lei no 9.493, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BARNES, Colin; OLIVER, Mike; BARTON, Len. Disability, the academy and the inclusive society. **Disability studies today**, p. 250-260, 2002.

BUENO, José Geraldo Silveira. A pesquisa brasileira sobre Educação Especial: balanço tendencial das dissertações e teses brasileiras (1987-2009). In: **A escola como objeto de estudo: escola, desigualdades, diversidades**. BUENO, J. G; MUNAKATA, K; CHIOZZINI, D. F. (Orgs). Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

Duque, Tiago. **Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por**. (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, SP, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÓPEZ GONZÁLEZ, María. Modelos teóricos e investigación en el ámbito de la discapacidad. Hacia la incorporación de la experiencia personal. **Docencia Investig**, v. 31, n. 6, p. 215-240, 2006.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

_____. Censo da Educação Básica 2020. **Resumo Técnico**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_t Acesso em: 21 maio 2021.

KAUR, Surinder. The concept of “Passing” and Transgender Identity: An Analysis of Jackie Kay’s Trumpet. **Bhatter College Journal of Multidisciplinary Studies**, v. 7, p. 12-18, 2017.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.

[1] Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben) nº 9.934 de 1996, a educação brasileira estrutura-se, segundo o artigo 21, por Educação Básica (constituída pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e pela Educação Superior (BRASIL, 1996).

[2] Importante mencionar que o "n" a que se refere o quantitativo de pesquisas pode ser maior que o número total de trabalhos, pois em um mesmo estudo, houve a participação de diferentes públicos e distintas faixas etárias.

[3] O quantitativo de matrículas apresentadas, refere-se aos dados de 2019, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no ano de 2020.

[4] De acordo com Duque (2013), a passabilidade refere-se à capacidade de *passar por*; isto é, transmitir uma imagem de pertença a um grupo e não a outro. O termo passabilidade é utilizado por pessoas LGBTQIA+, como um mecanismo que minimiza a vulnerabilidade desta população. Segundo Kaur (2017, p. 12), o conceito de passabilidade, do inglês "*passing*", "[...] remonta ao século XVIII, o que significa esconder a própria raça ou sexualidade e passar como raça privilegiada ou sexualidade. Portanto, “passar” denota um ato de ser algo que você não é na realidade. Passar exige o apagamento de um o verdadeiro eu na presença de outros, portanto, “passar” é percebido como uma performance" (tradução nossa).

